

Demonstrações Financeiras

TAG Tecnologia para o
Sistema Financeiro S.A.

30 de junho de 2023

com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balço Patrimonial	6
Demonstração dos Resultados	8
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

Relatório da administração

Senhores acionistas,

Em 17 de agosto de 2018, a TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (“Companhia” ou “TAG”) foi constituída.

Em 19 de outubro de 2020, o Banco Central do Brasil autorizou o funcionamento da Companhia, uma infraestrutura do mercado financeiro que tem por objeto principal a administração de plataforma eletrônica criada para validar e registrar operações, direitos creditórios que as lastreiam, bem como outros ativos.

Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o Banco Central do Brasil postergou a data originalmente prevista para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou as suas operações, de fato, no fim do segundo trimestre de 2021, em 07 de junho, em consonância com a regulamentação instituída pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.734/19 e alterações.

Com o início das operações em 07 de junho de 2021, e dificuldades enfrentadas pelo sistema de interoperabilidade das registradoras nas primeiras semanas de funcionamento, a Companhia teve um aumento expressivo nos seus custos e despesas, o que resultou em uma piora do resultado líquido. Porém, com a estabilização da operação, a TAG intensificou sua busca por otimização operacional, através da redução de custos e despesas ao longo do exercício de 2022. Esse comportamento se manteve ao longo do primeiro semestre de 2023 e os custos e despesas da Companhia foram estabilizados no período. A empresa segue trabalhando para oferecer uma plataforma de infraestrutura tecnológica de ponta para o mercado brasileiro.

Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de ativos

Em 30 de junho de 2023, os ativos totalizaram R\$ 131,0 milhões, apresentando uma redução de R\$ 1,5 milhões em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 132,5 milhões. Essa redução se deu em sua maior parte nas rendas a receber, que se referem principalmente a valores a receber de clientes oriundos da prestação de serviços, totalizando R\$ 16,9 milhões em 30 de junho de 2023.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2023, o patrimônio líquido totalizou R\$ 88,8 milhões, representando um aumento de R\$ 10,2 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 78,6 milhões. Em 30 de junho de 2023, o capital social da TAG é representado por 125.841.778 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 75,7 milhões, totalmente subscritas e integralizadas. No semestre findo em 30 de junho de 2023, a principal variação no patrimônio líquido foi o lucro apurado no montante de R\$ 12,9 milhões, seguida de destinações de dividendos no montante de R\$ 3,1 milhões (R\$ 17,6 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a TAG apurou lucro líquido de R\$ 11,5 milhões, enquanto no semestre findo em 30 de junho de 2022, apurou prejuízo de R\$ 4,1 milhões.

Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Receitas operacionais:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de negociação de recebíveis, consulta e conciliação e anuência, totalizaram R\$ 58,6 milhões, líquido de impostos, no semestre findo em 30 de junho de 2023, representando uma redução de 14,0%, em relação às receitas operacionais de R\$ 68,1 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2022.
- **Custo dos serviços prestados:** O custo dos serviços prestados de processamento de dados totalizou R\$ 16,5 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2023, 63,1% menor que os custos apurados no semestre findo em 30 de junho de 2022, no montante de R\$ 44,8 milhões.
- **Despesas de pessoal:** O aumento de R\$ 7,4 milhões em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da TAG, visando o crescimento da Companhia.. No semestre findo em 30 de junho de 2023 o montante foi de R\$ 24,5 milhões, enquanto no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 17,1 milhões.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Conselho de Administração da
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

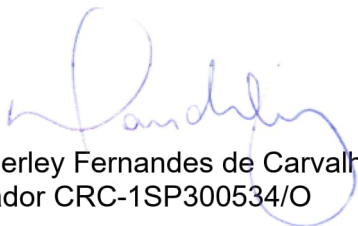
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante		111.693	112.878
Caixa e equivalentes de caixa		87.414	66.699
Disponibilidades	4	46.461	53.650
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	40.953	13.049
Instrumentos financeiros		16.891	29.576
Rendas a receber	6(a)	24.055	40.855
(-) Provisões para perdas esperadas com risco de crédito	6(b)	(7.164)	(11.279)
Outros créditos		7.388	16.603
Despesas antecipadas	7	3.844	5.632
Impostos e contribuições a compensar	8(c)	2.162	10.226
Imposto de renda a recuperar		3	622
Outros ativos diversos		1.379	123
Não circulante		19.007	19.670
Realizável a longo prazo		5.906	8.763
Instrumentos financeiros		160	728
Contas a receber	17	160	728
Outros créditos		5.746	8.035
Ativos fiscais diferidos	8(b)	5.725	7.608
Despesas antecipadas	7	—	407
Outros ativos diversos		21	20
Imobilizado de uso		382	419
Instalações, móveis e equipamentos de uso		619	597
(-) Depreciação acumulada		(237)	(178)
Intangível	9	12.719	10.488
Ativos intangíveis		20.163	14.301
(-) Amortização acumulada		(7.444)	(3.813)
TOTAL DO ATIVO		130.700	132.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante		40.850	53.592
Outras obrigações		40.850	53.592
Impostos e contribuições a recolher	8(c)	5.441	17.202
Provisão para pagamentos a efetuar	10	10.974	11.285
Dividendos a pagar e Juros sobre capital próprio	11(e)	20.389	17.652
Fornecedores		785	4.267
Obrigações sociais e estatutárias		3.241	3.182
Outros passivos		20	4
Não circulante		1.767	408
Instrumentos financeiros		463	100
Contas a pagar	17	463	100
Outras obrigações		1.304	308
Provisão para pagamentos a efetuar	10	253	308
Obrigações fiscais diferidas	8(b)	1.051	—
Patrimônio líquido	11	88.083	78.548
Capital social	11(a)	75.728	75.728
Reserva de capital	11(b)	2.633	1.890
Reserva legal	11(c)	1.507	930
Reserva de lucros	11(d)	8.215	—
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		130.700	132.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Semestre findo em 30/06/2023	Semestre findo em 30/06/2022
Receitas operacionais	12	58.644	68.172
Receita de prestação de serviços		58.644	68.172
Resultado bruto da intermediação financeira		5.964	(4.446)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		1.849	1.350
Reversão (Provisão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	6(b)	4.115	(5.796)
Outras receitas (despesas) operacionais		(45.844)	(68.459)
Custo dos serviços prestados	13	(16.512)	(44.799)
Despesas de pessoal	14	(24.530)	(17.060)
Despesas administrativas	15	(2.950)	(2.133)
Depreciação e amortização		(3.689)	(898)
Despesas de provisões		—	(104)
Outras receitas operacionais		2.111	801
Outras despesas operacionais	16	(274)	(4.266)
Resultado operacional		18.764	(4.733)
Resultado não operacional		(673)	—
Resultado antes da tributação		18.091	(4.733)
Imposto de renda e contribuição social	8(a)	(6.560)	1.994
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.630)	(81)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.930)	2.075
Participações no lucro		—	(1.385)
Lucro líquido / (prejuízo) do período		11.531	(4.124)
Lucro líquido / (prejuízo) por ação (R\$)		0,09	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Semestre findo em 30/06/2023	Semestre findo em 30/06/2022
Lucro líquido / (prejuízo) do período	11.531	(4.124)
Resultado abrangente do exercício	11.531	(4.124)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para investimentos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	75.728	965	—	—	(15.517)	61.176
Pagamento baseado em ações	—	335	—	—	—	335
Prejuízo do período	—	—	—	—	(4.124)	(4.124)
Saldos em 30 de junho de 2022	75.728	1.300	—	—	(19.641)	57.387
Saldos em 31 de dezembro de 2022	75.728	1.890	930	—	—	78.548
Pagamento baseado em ações	—	743	—	—	—	743
Lucro líquido do período	—	—	—	—	11.531	11.531
Destinações do lucro líquido do semestre:						
Reserva legal	—	—	577	—	(577)	—
Dividendo mínimo obrigatório	—	—	—	—	(2.739)	(2.739)
Reservas de lucros para investimentos	—	—	—	8.215	(8.215)	—
Saldos em 30 de junho de 2023	75.728	2.633	1.507	8.215	—	88.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Semestre findo em 30/06/2023	Semestre findo em 30/06/2022
Lucro (Prejuízo do período)		11.531	(4.124)
Ajustes ao Lucro (prejuízo):		3.268	4.010
Depreciação e amortização		3.690	898
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(a)	2.930	(2.075)
Receitas financeiras, líquidas		20	(944)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(4.115)	5.796
Pagamento baseado em ações	11(b)	743	335
Variações nos ativos e passivos		11.800	2.639
Aplicações interfinanceiras de liquidez		—	943
Rendas a receber		16.800	6.838
Outros créditos		7.994	(2.207)
Despesas antecipadas		2.195	4.964
Obrigações sociais e estatutárias		59	33
Impostos e contribuições a recolher		(5.802)	(182)
Dividendos a pagar	11(e)	(2.739)	—
Outros passivos		(752)	(7.664)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.955)	(86)
Caixa líquido das atividades operacionais		26.599	2.525
Aquisição de imobilizado		(22)	—
Aquisição de ativos intangíveis	9	(5.862)	(1.744)
Caixa líquido das atividades de investimento		(5.884)	(1.744)
Caixa líquido das atividades de financiamento		—	—
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		20.715	781
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		66.699	33.079
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	87.414	33.860
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		20.715	781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (“Companhia” ou “TAG”), constituída em 17 de julho de 2018, empresa controlada pela STNE Participações em Tecnologia S.A. (“STNE Par Tec”) e em última instância pela StoneCo Ltd (“StoneCo”), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1.581, conjuntos 903 a 905 – Vila Olímpia. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto principal a administração de plataforma eletrônica criada para validar e registrar operações, direitos creditórios que as lastreiam, bem como outros ativos.

Em 19 de outubro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) para a Companhia atuar como infraestrutura do mercado financeiro. Como consequência, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às infraestruturas do mercado financeiro que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o BACEN postergou a data originalmente prevista, de 03 de agosto de 2020, para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou as suas operações no dia 07 de junho de 2021, prazo estabelecido pelo BACEN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações, a determinação da vida útil dos ativos permanentes, a provisão para perdas esperadas com risco de crédito e provisão para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de agosto de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.818/20 e alterações, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

3.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

3.3 Rendas a receber

As rendas a receber referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos da prestação de serviços de transação financeira.

3.4 Provisão para perdas esperadas com risco de crédito

A provisão para perdas esperadas com risco de crédito da Companhia é constituída para os títulos vencidos, com atraso superior a 30 (trinta) dias vencidos e são provisionadas em sua totalidade. A provisão também contempla clientes que tenham algum indício identificado de não recebimento (pedido de falência, cobrança judicial).

3.5 Despesas antecipadas

Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada.

3.6 Ativo imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Equipamentos de informática – 10% - 20%;
- Móveis e utensílios – 10%

3.7 Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%
- Licenças de uso – 20%

3.8 Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do CMN nº 4.924/21.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto impostos diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

3.9 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (“IRPJ”) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9% sobre o lucro tributável.

3.10 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente, e não em base líquida.

3.11 Apuração do resultado

(i) *Receitas operacionais*

As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão representadas na demonstração do resultado como “Receita de prestação de serviços”, as quais incluem receitas provenientes da prestação dos seguintes serviços:

- Negociação de recebíveis: antecipação pós contratada; troca de titularidade; ônus e gravames.
- Consulta e conciliação: posição, averbação e histórico de recebíveis; emissão de certidão; e, conciliação diária de agenda.
- Anuência: gestão da permissão de acesso aos dados de recebíveis de estabelecimentos comerciais registrados na plataforma da Companhia.

(ii) *Resultado bruto da intermediação financeira*

“Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras.

3.12 Pagamento baseado em ações

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços.

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A atividade relativa ao pagamento baseado em ações é discutida em mais detalhes na Nota 18.

3.13 Lucro/Prejuízo por ação

É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos.

3.14 Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros.

A Companhia não teve Resultado não recorrente nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

3.15 Provisão para contingências

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- (i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- (ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

A TAG é parte de uma ação ordinária movida por um player de mercado de mesma atuação cujo objetivo é a suspensão temporária da exigibilidade da cobrança de valores devidos ao grupo enquanto pendente disputa judicial entre a parte autora e outra empresa do grupo, bem como a redução do valor devido proporcionalmente à redução que vier a ocorrer em disputas judiciais paralelas. O valor considerado como perda possível é de R\$ 1.221 em 30 de junho de 2023 (R\$ 1.228 em 31 de dezembro de 2022).

Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

- Resolução BCB nº 264 de 25 de novembro de 2022: Dispõe sobre o registro de recebíveis decorrentes de transações no âmbito de arranjo de pagamento baseado em conta pós-paga e de depósito à vista integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro. A norma estabelece implantações faseadas, sendo a última entrega prevista para 06 de novembro de 2023. A Companhia está trabalhando para as entregas prevista para a referida data.
- Resolução BCB nº 304 de 20 de março de 2023: Dispõe sobre o regulamento que disciplina, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro, o funcionamento dos sistemas de liquidação, o exercício das atividades de registro e de depósito centralizado de ativos financeiros e a constituição de ônus e gravames sobre ativos financeiros registrados ou depositados, e consolida normas sobre a matéria. A norma entrou em vigor em 01 de maio de 2023, mas sua implementação deve ser finalizada até 31 de maio de 2024. A Companhia está em fase de planejamento para adequação desta norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades – em moeda nacional	46.461	53.650
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	40.953	13.049
	87.414	66.699

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Taxa média ponderada a.a.	30/06/2023		
		Faixa de vencimento		
		De 0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Aplicação em CDB	100% do CDI	40.953	—	40.953

	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2022		
		Faixa de vencimento		
		De 0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Aplicação em CDB	98% do CDI	13.049	—	13.049

6. Rendas a receber

a) Composição de rendas a receber:

As rendas a receber referem-se principalmente a valores a receber de clientes oriundos da prestação de serviços de transação financeira. O montante é de R\$ 20.426 em 30 de junho de 2023 (R\$ 40.855 em 31 de dezembro de 2022).

b) Movimentação da provisão para perdas esperadas com risco de crédito

	Semestre findo em 30/06/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Saldo inicial	(11.279)	(10.197)
(Constituição)/Reversão	4.115	(1.082)
Saldo final	(7.164)	(11.279)

7. Despesas antecipadas

	30/06/2023	31/12/2022
Software data center - operacional (a)	1.668	4.481
Licença software operacional	2.138	945
Outros	38	613
	3.844	6.039
Circulante	3.844	5.632
Não circulante	—	407

(a) Refere-se a despesas antecipadas de serviços de licença de uso de software.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social:

	Semestre findo em 30/06/2023	Semestre findo em 30/06/2022
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	18.091	(4.733)
Alíquotas vigentes - %	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(6.151)	1.609
Participação nos lucros	—	471
Outras despesas permanentes	(409)	(86)
Imposto de renda e contribuição social	(6.560)	1.994
Impostos correntes	(3.630)	(81)
Impostos diferidos	(2.930)	2.075
	(6.560)	1.994
Taxa (%) de alíquota efetiva	36 %	42 %

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2022	Movimentação	30/06/2023
Provisão para participação nos lucros	3.182	58	3.240
Provisão para pagamento baseado em ações	383	(210)	173
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	3.835	(1.399)	2.436
Demais diferenças temporárias	208	(328)	(124)
Total ativo fiscal diferido	7.608	(1.879)	5.725
Obrigações fiscais diferidas	—	(1.051)	(1.051)
Total passivo fiscal diferido	—	(1.051)	(1.051)
Impostos diferidos, líquidos	7.608	(2.930)	4.674

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2023	2.536
2024	2.592
2025	169
2026	106
2027	270
2028	52
Total	5.725

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2023 é de R\$ 4.528 (R\$ 6.433 em 31 de dezembro de 2022) descontados à taxa média de captação da Companhia.

c) Impostos e contribuições a compensar e a recolher:

	30/06/2023	31/12/2022
IRPJ a compensar	1.052	7.287
CSLL a compensar	388	2.919
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	701	—
Outros	21	20
Impostos e contribuições a compensar	2.162	10.226
IRPJ sobre o lucro a pagar	3.143	11.118
CSLL sobre o lucro a pagar	1.164	4.227
Impostos e contribuições sobre faturamento	1.121	1.839
Outros	13	18
Impostos e contribuições a recolher	5.441	17.202

9. Intangível

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Saldo em 30/06/2023
Software	12.405	5.797	18.202
Licenças de uso	877	—	877
Intangível em andamento	1.019	65	1.084
Custo	14.301	5.862	20.163
Software	(3.599)	(3.544)	(7.143)
Licenças de uso	(214)	(87)	(301)
Amortização acumulada	(3.813)	(3.631)	(7.444)
Intangível, líquido	10.488	2.231	12.719

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 30/06/2022
Software	7.855	276	8.131
Licenças de uso	361	516	877
Intangível em andamento	640	952	1.592
Custo	8.856	1.744	10.600
Software	(806)	(794)	(1.600)
Licenças de uso	(71)	(55)	(126)
Amortização acumulada	(877)	(849)	(1.726)
Intangível, líquido	7.979	895	8.874

10. Provisão para pagamentos a efetuar

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Processamento de dados (a)	4.319	5.013
Salários e encargos	6.605	4.839
Interoperabilidade	118	109
Outros	185	1.632
	<u>11.227</u>	<u>11.593</u>
Circulante	10.974	11.285
Não circulante	253	308

(a) Refere-se basicamente a serviços de armazenamento de dados em nuvem.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2023, o capital social é representado por 125.841.778 (em 31 de dezembro de 2022, 125.841.778) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 75.728 (R\$ 75.728 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscritas e integralizadas.

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 06 de agosto de 2021, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 80.000, sendo 80.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Sendo que R\$ 29.886 foram integralizados no ato e o saldo remanescente, equivalente a R\$ 50.114 que serão integralizados até janeiro de 2025, conforme prorrogação de prazo deliberada em AGE realizada em 26 de janeiro de 2023.

b) Reserva Capital

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a TAG constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 743 (R\$ 335 no semestre findo em 30 de junho de 2022), totalizando R\$ 2.633 (R\$ 1.300 em 30 de junho de 2022), destinada para a remuneração baseada em ações (Nota 18).

c) Reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a TAG constituiu reserva legal no montante total de R\$ 577 no semestre findo em 30 de junho de 2023 (em 30 de junho de 2022, não ocorreu constituição de reserva legal), equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder de 20% do capital social. O saldo total da reserva legal é de R\$ 1.507 em 30 de junho de 2023 (em 30 de junho de 2022 não havia saldo em reserva legal).

d) Reserva de lucros para investimentos

Em 30 de junho de 2023, a TAG constituiu uma reserva de lucros para investimentos no montante de R\$ 8.215 (em 31 de dezembro de 2021, não ocorreu constituição de reserva de lucros para investimentos).

e) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido e conforme o Estatuto Social da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") realizada em 28 de abril de 2023, foi deliberada a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo que os valores de dividendos mínimo obrigatórios foram de R\$ 4.391 e dividendos adicionais no montante de R\$ 13.174.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a TAG constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.739.

12. Receitas operacionais

	Semestre findo em 30/06/2023	Semestre findo em 30/06/2022
Receita de prestação de serviços	62.867	73.246
Impostos sobre serviços	(4.223)	(5.074)
	58.644	68.172

13. Custo dos serviços prestados

	Semestre findo em 30/06/2023	Semestre findo em 30/06/2022
Processamento de dados	(15.686)	(41.111)
Despesas com serviços - consulta base registradoras	(826)	(3.483)
Outros custos	—	(205)
	(16.512)	(44.799)

14. Despesas de pessoal

	Semestre findo em 30/06/2023	Semestre findo em 30/06/2022
Salários e proventos	(15.749)	(10.912)
Encargos sociais	(5.444)	(4.187)
Benefícios	(2.626)	(1.579)
Pagamento baseado em ações (Nota 18)	(709)	(381)
Treinamentos	(2)	(1)
	(24.530)	(17.060)

15. Despesas administrativas

	Semestre findo em 30/06/2023	Semestre findo em 30/06/2022
Processamento de dados	(1.382)	(225)
Serviços técnicos especializados	(343)	(1.014)
Despesas tributárias	(115)	(243)
Viagens	(216)	(133)
Aluguéis	(64)	(99)
Outros	(830)	(419)
	(2.950)	(2.133)

16. Outras despesas operacionais

	Semestre findo em 30/06/2023	Semestre findo em 30/06/2022
Descontos concedidos (a)	(27)	(4.245)
Outras despesas operacionais	(247)	(21)
	(274)	(4.266)

(a) Refere-se aos descontos financeiros concedidos sobre as notas fiscais emitidas.

17. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	30/06/2023	31/12/2022
Stone Instituição de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	46.461	53.629
Caixa e equivalentes de caixa	46.461	53.629
Stone Instituição de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	—	554
Cappta S.A. (controlador final comum)	—	40
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador final comum)	—	14
STNE Participações em Tecnologia S.A. (controlador direto)	120	120
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	40	—
Contas a receber de sociedades ligadas	160	728
Passivos	30/06/2023	31/12/2022
STNE Participações em Tecnologia S.A. (controlador direto)	20.389	17.652
Dividendos e JSCP a pagar	20.389	17.652
Stone Instituição de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	23	—
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador final comum)	342	—
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlador final comum)	83	69
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlador final comum)	1	11
Linx Sistema e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	14	11
Equals S.A. (controlador final comum)	—	7
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	—	2
Contas a pagar a sociedades ligadas	463	100

Principais operações com partes relacionadas:

Contas a receber de sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos referem-se a prestação de serviço de gestão de recebíveis e receita de serviços.

Contas a pagar a sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos referem-se substancialmente a rateio de despesas.

Pessoas-chave

A remuneração global do pessoal-chave da Administração no semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 2.099 (R\$ 738 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

18. Pagamento baseado em ações

Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

Como parte do seu plano de incentivo de longo prazo, em 2022 a Companhia concedeu prêmios de Unidades de Ações de Desempenho (“UADs”). Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido e dão aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista (“RTA”) para um período específico. As UADs concedidas não resultam na entrega de ações aos beneficiários e expiram se a condição mínima de desempenho não for atendida. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa de remuneração é reconhecida durante o período de carência. A condição de desempenho é considerada para estimar o valor justo na data de outorga e da quantidade de UADs que se espera emitir, com base em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativa de padrões de desempenho que possam ocorrer.

As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativa de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. Para estimar o número de prêmios que são considerados adquiridos para fins contábeis, foi considerado exclusivamente se a condição de serviço foi atendida, mas o alcance das metas RTA é ignorado. Mesmo assim, se as metas de RTA não forem alcançadas, a despesa será reconhecida e não revertida para as UADs para as quais a condição de serviço foi atendida.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga

As movimentações ocorridas em 2023 e 2022 de UARs, UADs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	RSU	PSU	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.846	—	4.158	33.004
Outorgadas	34.194	14.652	—	48.846
Emitidas	(3.554)	—	—	(3.554)
Saldos em 30 de junho de 2022	59.486	14.652	4.158	78.296
Saldos em 31 de dezembro de 2022	68.906	54.944	4.158	128.008
Outorgadas	48.901	—	—	48.901
Emitidas	(1.294)	—	—	(1.294)
Transferências entre empresas do grupo	271	—	—	271
Saldos em 30 de junho de 2023	116.784	54.944	4.158	175.886

No semestre findo em 30 de junho de 2023, foram reconhecidas despesas com pagamento baseado em ações, incluindo encargos, no valor de R\$ 709 (R\$ 381 no semestre findo em 30 de junho de 2022), na rubrica de Despesas de pessoal.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a TAG registrou na reserva de capital o montante de R\$ 743 (R\$ 335 no semestre findo em 30 de junho de 2022) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

O valor justo de cada opção de compra de ações outorgada foi estimado na data da outorga com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton (com preço médio ponderado de exercício de US\$ 24).

19. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos na TAG conta com as seguintes frentes de atuação: risco de mercado, de liquidez, operacional, continuidade do negócio, capital, cibernético e conformidade. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles internos calcados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a) **Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia:
- *Risco pré (taxa de juros):* é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos
 - *Risco cambial:* risco relacionado com a probabilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação da taxa de câmbio. A Companhia não possui exposição significativa ao risco cambial.
- b) **Risco de liquidez:** é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa seguro.
- c) **Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A Companhia gerencia os riscos operacionais inerentes aos seus negócios, com grande número de operações diárias e dependente de sistemas, de processamento de dados e de tecnologia da informação. Gerencia os riscos da operação, usando tecnologia para acessar, planejar e implementar estratégias que minimizem riscos potenciais e adversos, que possam afetar as nossas operações.
- d) **Risco de continuidade de negócio:** é a possibilidade de impactos financeiros decorrentes de indisponibilidade de recursos (humanos, materiais e tecnológicos) essenciais para o funcionamento de seus serviços e atividades. A Companhia gerencia e previne possíveis interrupções de continuidade de negócio por meio das diretrizes estabelecidas em sua Política de Continuidade de Negócios, seu Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e demais Documentos Corporativos sobre o tema.
- e) **Gerenciamento de capital:** a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos do BACEN que determinam às entidades registradoras de ativos financeiros a manutenção de patrimônio líquido mínimo de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais). Atualmente, a Companhia definiu em seu processo interno de monitoramento e controle que, caso a Companhia atinja patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000, obrigatoriamente, necessitará passar por processo de aumento de capital até atingir o patamar exigido.
Em 30 de junho de 2023, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 88.083 (R\$ 78.548 em 31 de dezembro de 2022), superior ao valor de patrimônio líquido exigido.
- f) **Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.
- g) **Conformidade:** o time de *Compliance* e Regulatório conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, ao Códigos de Ética e de Conduta. Não obstante, acompanha e monitora a aplicação de planos de ação para resolução de eventuais descumprimentos legais e regulatórios.